

ÚLTIMAS

PLANO PILOTO

Iphan sugere que governo venda as terras aos comerciantes. Proposta será analisada agora pela Procuradoria Geral de Justiça de Distrito Federal

Área comercial invadida poderá ser regularizada

João Luiz Marcondes
Da equipe do **Correio**

As ocupações de áreas públicas nas quadras comerciais do Plano Piloto estão próximas da regularização. A gerente-executiva do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), seção DF, Thayz Zugliani, entregou ontem ao Procurador-geral de Justiça do Distrito Federal, Eduardo Albuquerque, um estudo que sugere a padronização das ocupações e a venda da terra pública, em definitivo, aos comerciantes. O Ministério Público vai analisar o documento que pode se tornar projeto de lei na Câmara Legislativa no ano que vem.

O documento tem quatro alternativas para a resolução definitiva do problema. Todas, na realidade, bem parecidas. O que muda é o tamanho da expansão, que passará a ser permitida. As opções são de três, quatro, cinco e seis metros (lineares), apenas para a parte dos fundos dos comércios, em dois pavimentos (incluindo a laje dos prédios). A opção preferida do Iphan é a extensão de quatro metros.

A proposta foi preparada há um ano pelo Iphan, em conjunto com a Secretaria de Habitação, Administração de Brasília, Conselho Técnico de Preservação de Brasília (CTPB), a pedido do Ministério Público. É uma tentativa de regularizar as ocupações sem ferir o plano urbanístico da cidade. O estudo apontou, por exemplo, que a maioria das invasões ocupa mais de seis metros. Por causa disso, o Ministério Público já ajuizou mais de 300 ações na

Justiça pedindo demolições dessas áreas.

A Promotoria de Defesa da Ordem Urbanística (Prourb), autora da maioria das ações, vai avaliar o estudo feito pelo Iphan. "Vamos analisar as propostas e, caso aprovadas — pode ser que nenhuma delas seja factível —, submeteremos à apreciação pública", comentou a promotora Ana Luíza Leão Osório. Depois da "apreciação pública", uma consulta a comerciantes e lideranças comunitárias, o caminho natural da proposta é se transformar em projeto de lei na Câmara Legislativa.

Tanto representantes do MPDFT quanto do Iphan afirmaram ontem que o aumento de área do comércio (quatro metros lineares, por exemplo) não fere o tombamento da capital como Patrimônio Cultural da Humanidade. "As escalas serão mantidas, a volumetria é que será aumentada.", explica Thays Zugliani.

A forma da venda das áreas públicas aos comerciantes ainda não está definida. Mas é certo que não será por meio de taxa. "O Ministério Público sugeriu uma investidura (venda direta)", diz Ana Luíza Osório, da Prourb. Ou seja, os comerciantes que ocupam as áreas teriam apenas que pagar o valor estipulado pelo GDF e seguir as padronizações.

Na proposta entregue a Eduardo Albuquerque, há a sugestão de que sejam criados condomínios — entre os lojistas de cada quadra — para que a compra seja feita em conjunto. "Isso ainda tem que ser discutido juridicamente", destaca Thays Zugliani.

O presidente da Associação

Ricardo Borba 7.6.00



PROCURADOR EDUARDO ALBUQUERQUE VAI ANALISAR A PROPOSTA DO IPHAN

Comercial de Brasília, Carlos Magno de Melo, lamenta não ter sido convidado para a reunião no MPDFT que contou também com a participação da secretária de Habitação, Ivelise Longhi, e do administrador de Brasília, Leôncio Carneiro. Mas gostou da perspectiva dos lojistas poderem comprar as áreas invadidas.

Melo discorda apenas que a sugestão de quatro metros de extensão para as lojas seja a me-

lhor. Ele quer a de seis metros. "Do contrário, não justificará o investimento." E, com certeza, será um investimento e tanto. Caso a Prourb e, posteriormente, a Câmara Legislativa aprovem a proposta, uma verdadeira onda de demolição e reconstrução varrerá o comércio das quadras comerciais do Plano Piloto.

LEIA MAIS SOBRE
TOMBAMENTO NA PÁGINA 17